

A RELEVÂNCIA DA INTERAÇÃO ENTRE CRIANÇAS SEM E COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ana Paula Almeida Ferreira; Thelma Helena Costa Chahini

Universidade Federal do Maranhão – Paula_almeida28@hotmail.com; thelmachahini@hotmail.com

Resumo

Diante do reconhecimento e da legalidade da educação especial, as crianças com deficiência, nos últimos anos, vêm ocupando um espaço considerável nas creches e pré-escolas do ensino regular. Assim, o contato entre as crianças, com seus diferentes valores, atitudes e costumes, contribui para a o desenvolvimento e aprendizagem dessas e, para as que têm algum tipo de deficiência e/ou necessidade específica, contribui para a eliminação de algum tipo de preconceito, além de possibilitar a compreensão de que a deficiência é apenas mais uma das características da diversidade. Nesse contexto, o estudo teve por objetivo investigar como vinha ocorrendo a interação entre crianças sem e com deficiência em uma instituição pública municipal de Educação Infantil de São Luís/MA. Desenvolveu-se uma pesquisa exploratória, descritiva. Os participantes foram 19 crianças, dentre essas, uma com deficiência física. 12 pertencem ao sexo masculino e 7, ao sexo feminino, com faixa etária de 5 a 6 anos de idade. Os dados foram coletados por meio de observação participante, entrevistas semiestruturadas, registros fotográficos e filmagens. Os resultados revelam que as crianças sem deficiência se comportam de maneira acolhedora e com sentimento de proteção na presença da criança com deficiência. As crianças sem deficiência demonstram em suas interações, atitudes favoráveis à inclusão em relação ao colega com deficiência. A criança com deficiência apesar de possuir um círculo de amizade restrito, ser tímida e não utilizar, com frequência, a comunicação oral com as outras crianças, demonstra sentir-se bem na interação com seus colegas. Diante dos fatos, ressalta-se a relevância da inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil, pois, quanto mais cedo for o contato entre todas as crianças, maior será a possibilidade de aceitação e naturalidade às diferenças, bem como o desenvolvimento de atitudes sociais favoráveis à inclusão.

Palavras-chave: Crianças sem e com deficiência, Educação Infantil, Interação, Inclusão.

Introdução

Os estudos de Vital (2012) revelam a importância da interação entre crianças com e sem deficiência na educação infantil, pois essas vivências favorecem o contato com a diversidade, bem como ajuda na supressão de preconceitos e de discriminações. Sobre o assunto, Ribas (2011, p. 8) esclarece que “pessoas que têm deficiência e que não têm deficiência vêm aprendendo, umas com as outras, a extrair da relação aquilo que possa enriquecer o conhecimento mútuo”. Visto que esse tipo de relacionamento possibilita não só o desenvolvimento intelectual, mas também social de ambas as partes.

Nesse mesmo enfoque, Anhão (2009) ressalta que as interações possibilitam o desenvolvimento das crianças sem e com deficiência, pois elas

têm oportunidade de conviver com a diversidade e aceitá-la como essa se apresenta, contribuindo na própria aceitação da diferença, tendo em vista que todas as pessoas apresentam características diferenciadas.

Sobre o assunto, ressalta-se Vygotsky (1997), ao esclarecer que as crianças com deficiência precisam estar em constante interação com as demais pessoas sem deficiência no decorrer do processo de desenvolvimento, pois terão mais possibilidade de atenuar o comprometimento biológico diferenciado, visto à aquisição de aprendizagens construídas no grupo, compensando suas limitações impostas pela deficiência.

Ainda embasado nos fundamentos de Vygotsky (1997) sobre a relevância das relações sociais para as crianças com deficiência, se pode afirmar que por ser um espaço de socialização e aprendizagem, as instituições de educação infantil devem proporcionar interações às crianças no intuito de promover uma educação voltada aos princípios da inclusão, visando o convívio com a diversidade e a superação de estigmas e preconceitos em relação à deficiência.

Assim, fica explícito que toda criança independentemente de possuir ou não alguma necessidade específica, é sujeito histórico que precisa ter seus direitos preservados, sendo tratado como parte importante na construção intelectual e social da sociedade na qual pertence.

Nesse contexto, os autores Vianna e Finco (2009) defendem a Educação Infantil como início da experiência da criança, em que essa fase tem a ampliação do seu grupo social para além do familiar e passa a ser cenário de inscrições intelectuais, sociais e psicológicas proporcionadas a partir das relações de interação e experiências com valorização da singularidade e do potencial de cada um.

Em meio a esse cenário, percebe-se a relevância dessa fase, visto que ao sair do ambiente familiar e adentrar na Educação Infantil, há o estabelecimento de relações sociais entre as crianças e o meio da qual fazem parte, pois de acordo com Pedroso (2013), essas relações acontecem, principalmente, por meio de brinquedos e brincadeiras. Desta maneira, as interações sociais acontecem principalmente por meio do ato de brincar, que deve ser explorado de forma sistemática e espontânea para que se obtenham resultados satisfatórios com as brincadeiras realizadas.

Sendo assim, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI), defendem e orientam uma proposta curricular que tenha como eixos norteadores práticas interativas e lúdicas no intuito de proporcionar às crianças o

desenvolvimento global e conhecimentos de si e do mundo (BRASIL, 2009).

Portanto, a criança é um sujeito social e de direitos que aprende a partir das interações que estabelece com seus pares e; assim, vem conquistando seu espaço e valor na sociedade. Logo, as DCNEI's são dispositivos legais fundamentais que garantem os direitos essenciais por favorecerem o desenvolvimento infantil independentemente da especificidade de cada criança.

Assim, o processo de inclusão educacional beneficia todas as crianças, pois essas começam a conviver desde cedo com as diferenças, desenvolvendo o respeito mútuo. Nesse sentido, concorda-se com Chahini (2016) ao enfatizar que as interações entre pessoas com e sem deficiência possibilitam o desenvolvimento de atitudes sociais favoráveis à inclusão.

Importante registrar que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva enfatiza que deve ser garantido o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência promovendo respostas às necessidades educacionais específicas, outrossim, a Educação Especial perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, tendo seu início na Educação Infantil, na qual são desenvolvidas capacidades para a construção da aprendizagem e do desenvolvimento integral dos educandos (BRASIL, 2008).

Outro documento importante e recente sobre educação inclusiva é a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência, que em seu artigo 1º: assegura em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015, não paginado).

Considerando os argumentos já mencionados, questiona-se: como vem ocorrendo a interação entre crianças sem e com deficiência em uma instituição pública municipal de Educação Infantil em São Luís/MA? Para dar conta de responder ao problema levantado, o objetivo geral corresponde investigar como vinha ocorrendo a interação entre crianças sem e com deficiência em uma Instituição pública municipal de Educação Infantil de São Luís/MA. E os objetivos específicos compreenderam: observar a convivência de crianças sem e com deficiência na instituição de Educação Infantil, pesquisada; verificar como as crianças sem deficiência se sentem e/ou se comportam na presença de crianças com deficiência; conhecer o que pensam e como agem as crianças sem deficiência em relação às com deficiência; perceber como se sentem e/ou como se comportam as crianças com deficiência em relação às crianças sem deficiência; descrever como ocorre a interação entre crianças com e sem deficiência na Educação Infantil.

Metodologia

Realizou-se uma pesquisa exploratória, descritiva, pois de acordo com Gil (2008), esse tipo de pesquisa é indicado a fatos pouco conhecidos e explorados, permitindo assim, uma familiaridade maior entre o pesquisador e os participantes do estudo. O critério de seleção da amostra foi por acessibilidade. A pesquisa foi realizada em uma instituição pública municipal de Educação Infantil de São Luís/MA, após autorização dada pela Superintendência de Educação Infantil e da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelos responsáveis legais das crianças, bem como do assentimento das próprias crianças. Nesse sentido, os participantes foram 19 crianças, que frequentavam a sala do Infantil II matutino, sendo 12 do sexo masculino e 7 do sexo feminino, com faixa etária de 5 a 6 anos, dentre essas, uma possui deficiência física.

Em relação à criança com deficiência, essa possui lesão cerebral, adquirida no momento do parto por falta de oxigênio, ocasionando com isso, dificuldades de locomoção devido a comprometimentos nos membros superiores e inferiores, mas mesmo com bastante dificuldade motora, consegue se locomover sozinha.

Para a realização da coleta de dados, primeiramente, foi entregue à Superintendência de Educação Infantil do Município de São Luís um pedido de autorização para realização da Pesquisa. Em seguida, a superintendente indicou a instituição que poderia corresponder ao objetivo proposto. Logo após, foi feito o primeiro contato com a instituição a ser pesquisada, visando fornecer os esclarecimentos sobre os objetivos e os procedimentos do estudo. No contexto, houve uma conversa com os responsáveis pelas crianças, solicitando e, conseguindo deles, a autorização para realização da coleta de dados.

Os instrumentos de coleta de dados basearam-se em observação participante e entrevistas semiestruturadas. As observações foram realizadas por meio de um Roteiro de Observação, em que os dados foram coletados dentro da instituição pesquisada, principalmente dentro da sala do Infantil II, de forma participativa. No contexto, foram realizadas 11(onze) sessões, sendo 9 (nove) incluindo filmagens com durações entre 10 a 20 minutos e 2 sessões registradas por fotografias.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas na própria instituição com as crianças sem deficiência e com a criança com deficiência, com duração de 03 a 04 minutos, levando-se em consideração a faixa etária delas, bem como as suas

compreensões em relação ao que se estava investigando. Todos os procedimentos foram realizados de acordo com o Código de Ética envolvendo seres humanos.

Resultados e Discussões

A seguir são apresentados os resultados obtidos por meio da observação participante e das entrevistas semiestruturadas, seguidos das análises e discussões que se fizeram necessárias.

Sobre como se sentiam na Instituição de Educação Infantil, 14 responderam que se sentiam bem; 3 disseram que se sentiam muito bem porque desenhavam e brincavam; 1 respondeu que se sentia alegre porque é um lugar legal e 1 disse que não sabia. Assim, os dados sinalizam que as crianças se sentem bem, devido brincarem, desenharem e aprenderem. No contexto, cita-se Kuhlmann Junior (2010) ao enfatizar que o desenvolvimento e aprendizagem ocorrem por meio das interações entre as crianças.

Ao serem questionados quantos amigos tinham na escola, 7 crianças disseram que tinham 3 amigos; 4 responderam que tinham 4 amigos; 5 informaram que tinham 2 amigos; 1 falou que possuía 7 amigos; 1 disse que tinha apenas 1 e 1 falou que não sabia dizer. Diante dos dados percebe-se que a maioria das crianças tem amigos na escola. E durante as observações realizadas, foi registrado que todos têm entre um a dois amigos que costumam brincar constantemente.

Foi percebido também, por meio das observações que a criança com deficiência não foge à regra, pois interage com as demais crianças sem deficiência e possui três amigos que estão sempre com ela. Esses momentos de interação são percebidos, principalmente, no decorrer das brincadeiras.

No contexto, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), destaca o brincar como “o direito da criança a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil” (BRASIL, 1988, p. 13). Neste sentido, a criança é percebida como um ser subjetivo que, por meio das relações com outros indivíduos, se reconhece e compreende o mundo que a cerca.

Ao serem indagados se gostavam de brincar com seus colegas, apenas uma criança não quis responder, as demais crianças responderam que sim. Sobre à questão, enfatiza-se que a Educação Infantil deve ser um espaço em que a criança exerça o direito de brincar e de realizar atividades significativas conforme seu contexto social,

para que se desenvolva de forma harmoniosa. Assim, o ambiente educacional deve proporcionar realizações de atividades individuais e em grupo de forma lúdica (movimento, fantasias e de livre expressão) que estimulem diferentes experiências, a fim de garantir o direito de ser criança e ter infância (IANISKI, 2009).

Como verificado, na instituição de Educação Infantil encontram-se diversos tipos de relações interpessoais indispensáveis para o desenvolvimento e aprendizagem da criança. O contato entre os pares permite descobrir o outro como sujeito sociocultural com diferentes hábitos, costumes e valores. Para aquelas com algum tipo de deficiência e/ou com necessidades específicas, a interação com outras crianças é imprescindível, pois permite um convívio desde cedo com as diferenças, promovendo o respeito à diversidade e às limitações inerentes a essa (NEGRINE; NEGRINE, 2010).

Assim, os dados revelam a relevância do contato entre as crianças sem necessidades específicas com as com deficiência, visto que essas vivências favorecem o desenvolvimento de suas capacidades e competências sociais.

Em relação à pergunta anterior, indagou-se às crianças sem deficiência se essas brincavam com a criança com deficiência. Imediatamente responderam que sim, com exceção de uma que disse que quase não brincava com o colega com deficiência física.

No decorrer das investigações, pôde-se notar que as crianças sem deficiência brincam bastante com o colega com deficiência. Verificando-se que a deficiência apresentada pela criança não é motivo para exclusão e discriminação, mas sim para o entendimento de que todas as crianças possuem características e particularidades que lhes são próprias, que fazem parte da diversidade e que enriquecem o desenvolvimento e aprendizagem delas.

Nesse sentido, Aguiar e Ferreira (2005) esclarecem que o brincar é considerado atividade principal da Educação Infantil, podendo ocorrer por meio de faz de conta, jogos, brinquedos, brincadeiras e outras formas lúdicas. Estes proporcionam o desenvolvimento integral da criança desenvolvendo a cognição, o físico, a sociabilidade e a afetividade.

Compreende-se então, o quanto a brincadeira é significativa e favorável para a formação integral das crianças pequenas, visto que essa possibilita o desenvolvimento de capacidades e habilidades necessárias para si e para a vida social. Como ressaltado por Maluf (2003, p. 20), “é importante a criança brincar, pois ela irá se desenvolver permeada por relações cotidianas, e assim vai construindo sua identidade, a imagem de si e do mundo”.

Quando se indagou se existia alguma brincadeira que mais gostavam, todas as crianças falaram o nome de brincadeiras preferidas, no caso específico, pega-pega, carro, casinha, boneca, desenhos, esconde-esconde, bola, pular corda, correr. Assim, percebe-se, que o brincar é algo inerente na infância. A criança com deficiência não foge à regra, as observações revelam que apesar de ela possuir dificuldade motora e de equilíbrio, isso não a impede de deixar fazer o que a maioria de seus colegas gostam: jogar futebol. Ela brinca com as demais crianças, chuta devagar e, quando erra, tenta novamente até acertar o chute, visto que seu desejo de jogar bola, brincar, ultrapassa as barreiras e limitações impostas pela deficiência.

No contexto, Borba (2012), esclarece que o ato de brincar proporciona à criança não apenas oportunidades de se expressar e se comunicar, mas também favorece na sua constituição e no seu reconhecimento enquanto sujeito pertencente a uma determinada sociedade, conhecendo sobre si e sobre a realidade circundante. É no brincar que os valores, habilidades, capacidades, conhecimentos, atitudes são firmados e reelaborados por meio das relações coletivas das crianças.

Os dados coletados das observações revelam que a criança com deficiência interage nas brincadeiras com seus pares, trocando experiências e aprendizagens derivadas de suas realidades e vivências. Assim, se faz relevante citar Pedroso (2013, p. 87), por enfatizar que “o brincar é importante para aproximar a criança com deficiência do seu meio e fazê-la interagir socialmente, possibilitando que ela não se sinta ou tenham-na como incapaz”.

Sendo assim, Wojskop (2007, p. 25) afirma que “a brincadeira é um fato social, espaço privilegiado de interação infantil e de constituição de sujeito-criança como sujeito humano, produto e produtor de história e de cultura”.

Quando foi perguntado se as crianças sem deficiência gostavam de brincar com o colega com deficiência, apenas duas crianças responderam que não, as demais disseram que sim. Durante as observações, verificou-se que a maioria das crianças sem deficiência brincava com o colega com deficiência. Em relação às duas crianças que disseram não gostar de brincar com o colega com deficiência, fica a interrogação se o fato ocorre devido à condição física apresentada, ocasionando com isso desconforto e/ou estranheza e/ou pelo próprio desconhecimento da situação apresentada.

Nesse sentido, os estudos de Freitas (2015), intitulado “indicadores de inclusão na Educação Infantil e suas implicações na constituição do

sujeito”, esclarecem que as crianças demonstraram atitudes inclusivas, apesar de algumas crianças apresentarem desconforto no contato com as crianças com deficiência. Sendo assim, o autor indica como solução para esse conflito a inserção das crianças o mais cedo possível em ambientes inclusivos, no intuito de se tornarem pessoas com comportamentos e/ou atitudes favoráveis à inclusão.

Diante dos fatos, Mendes (2010, p. 58) ressalta que “ambientes inclusivos podem favorecer o desenvolvimento das crianças por oferecer um meio mais estimulador (cognitivamente, socialmente e linguisticamente) do que ambientes segregados”.

Para enriquecer mais as discussões sobre o tema, apresenta-se uma situação observada sobre como uma criança sem deficiência em relação ao colega com deficiência: a criança com deficiência estava brincando com os colegas e a pesquisadora perguntou a uma delas: você gosta de brincar com o colega com deficiência e, essa respondeu: “sim, mas não de empurrar.” A pesquisadora perguntou: por quê? E ela respondeu: “eu não posso empurrar nunca não, porque ele ainda é criança”.

Nesse contexto, verificou-se que a criança com deficiência é percebida apenas como a mais nova entre as demais e, que, portanto, merece cuidados e atenção de todos os demais. Interessante perceber que as condições físicas da criança com deficiência não são levadas em consideração, isto é, não representam limitações durante as interações. As observações, também, revelaram paciência, carinho e cuidado de outras crianças para com a que possui necessidades específicas.

Sendo assim, ressalta-se que o processo de inclusão é de suma importância, pois a deficiência passa a ser vista apenas como mais uma das características da diversidade e não como um motivo para a exclusão e discriminação.

Quando se indagou à criança com deficiência se os seus colegas de turma gostavam de brincar com ela, essa respondeu que sim. Os dados sinalizam que a criança com deficiência não percebe nenhum ato de preconceito e/ou exclusão por parte de seus colegas sem deficiência, bem como se sente parte e participante ativa no grupo em que se encontra inserido.

Diante dos fatos, faz-se importante citar Pedroso (2013, p. 87) ao sinalizar que, “o ato de brincar é fundamental não somente para as crianças sem deficiência, mas também para aquelas com deficiência, pois [...] a ação lúdica traz uma gama de benefícios a elas”.

Os relatos e as observações realizadas deixam bem claro que a maioria das crianças gosta de brincar e interagir com a criança com deficiência,

independentemente de suas limitações. Sobre o assunto, Stainback e Stainback (1999) esclarecem que o propósito da educação inclusiva não é eliminar a diferença, mas conceber um mundo em que todos se reconheçam e se aceitem reciprocamente, pois o objetivo é valorizar e consolidar a singularidade de cada um, tanto no âmbito educacional quanto no social.

Assim, infere-se que o processo de inclusão na Educação Infantil beneficia todas as crianças, pois elas começam a conviver e interagir desde cedo com as diferenças, desenvolvendo o respeito mútuo e a aceitação de todas as pessoas.

Conclusão

Retornando ao objetivo primário, que foi o de investigar como vinha ocorrendo a interação entre as crianças com e sem deficiência em uma instituição pública municipal de Educação Infantil de São Luís/MA, ficou evidente a importância do contato entre essas, visto o acolhimento entre elas, pois as crianças sem deficiência demonstraram aceitação, atenção, cuidado, carinho e amparo para com a criança com deficiência.

As observações feitas, durante a pesquisa, possibilitaram verificar que a convivência de crianças sem e com deficiência na instituição de Educação Infantil, existe e contribui no processo de desenvolvimento e aprendizagem de todas, pois o ambiente possibilita que elas troquem experiências individuais e coletivas, bem como aprendam a conviver com a diversidade respeitando as diferenças.

Verificou-se, também, que nos momentos espontâneos, as crianças sem deficiência sentem-se e comportam-se de maneira acolhedora e com sentimento de proteção na presença da criança com deficiência. As crianças sem deficiência demonstram em suas interações, atitudes favoráveis à inclusão em relação ao colega com deficiência.

Nesse sentido, o pensamento e as ações das crianças sem deficiência, sinalizam que elas percebem as barreiras e os limites vivenciados pelo colega com deficiência. E em suas interações não há atitudes de discriminação e preconceito.

No contexto, a criança com deficiência apesar de possuir um círculo de amizade restrito, ser tímida e não utilizar, com frequência, a comunicação oral com as outras crianças, demonstra sentir-se bem na interação com seus colegas. Isso se confirma nos momentos de recreação quando as crianças vêm ao seu encontro, seja em uma conversa e/ou brincadeira, em que ela está sempre disposta e corresponde ao

contato. Ficando registrado que, apesar de suas limitações físicas, a criança com deficiência não sente nenhum tipo de exclusão por parte das demais crianças sem deficiência.

Assim, a interação entre crianças com e sem deficiência, observadas no decorrer da pesquisa, ocorre de forma natural, e as atitudes identificadas mostram-se favoráveis à inclusão de crianças com deficiência e/ou com necessidades educacionais específicas na Educação Infantil.

Importante registrar que as crianças sem deficiência percebem que existem diferenças entre elas e o colega com deficiência, mas que isso não é empecilho para estarem e brincarem juntas, pois a criança com deficiência, mesmo apresentando dificuldades motoras, possui características comuns inerentes ao universo infantil.

Dessa forma, as interações na diversidade contribuem com o processo de inclusão educacional e social, pois, quanto mais cedo for o contato entre todas as crianças, maior será a possibilidade de aceitação e naturalidade às diferenças, bem como o desenvolvimento de atitudes sociais favoráveis à inclusão.

Enfatiza-se que o espaço da Educação Infantil é fundamental à inclusão de crianças com deficiência e/ou com necessidades específicas, pois de acordo com a legislação nacional e internacional, são garantidas a elas as mesmas oportunidades de desenvolvimento e aprendizagens que as demais crianças.

Diante das considerações referidas, propõe-se – sem generalização dos resultados aqui apresentados – que este estudo contribua para maiores reflexões sobre a importância da interação entre crianças com e sem deficiência na Educação Infantil, bem como para o desenvolvimento e aprendizagem dessas, em relação ao convívio na diversidade, respeitando as diferenças. Portanto, espera-se que esta pesquisa desperte o interesse por novos estudos na área.

Referências

AGUIAR, Olivette Rufino Borges Prado; FERREIRA, Maria Salonilde. Brinquedo e atividade principal: o lugar do brincar na educação infantil. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, n. 13, p. 82-92, jul./dez. 2005.

ANHÃO, Patrícia Páfaro Gomes. **O processo de interação social na inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down em Educação Infantil**. 2009. 88 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2009. Disponível: <http://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/USP_486cd45ab2211a46f309cee3aac9b319>. Acesso em: 3 nov. 2016.

BORBA, Angela Meyer. A brincadeira como experiência de cultura. In: CORSINO, Patrícia (Org.). **Educação infantil: cotidiano e políticas**. Campinas: Autores Associados, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 5 ago. 2016.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 30 set. 2016.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Política da Educação Fundamental. Coordenação Geral da Educação Infantil. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: introdução**. Brasília, DF, 1998. v. 1.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://www.mprs.mp.br/areas/gapp/arquivos/resolucao_05_2009_cne.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

CHAHINI, Thelma Helena Costa. **O percurso da inclusão de pessoas com deficiência na Educação Superior**. Curitiba: Appris, 2016.

DRAGO, Rogério. **Inclusão na educação infantil**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

FREITAS, Clariane do Nascimento. **Indicadores na educação Infantil e suas implicações na constituição do sujeito**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. Disponível: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSM_ec0cd487ba6a0297966f032877f20744/Details>. Acesso em: 3 nov. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IANISKI, Gicéli Maria. A criança e seu espaço na sociedade contemporânea. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9., ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 3., 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2009.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. Infância, história e educação. In: _____. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

MALUF, Angela Cristina Munhoz. **Brincar**: prazer e aprendizado. Petrópolis: Vozes, 2003.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Inclusão marco zero**: começando pelas creches. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010.

NEGRINE, Airton da Silva; NEGRINE, Cristine Soster. **Educação Infantil**: pensar refletindo, propondo. Caxias do Sul: Educus, 2010.

PEDROSO, Michele Cristina de Sousa. A função do brincar para a criança com deficiência. **Revista Científica da FHO-UNIARARAS**, Araras, v. 1, n. 1, p. 82-92, 2013.

RIBAS, João. **Preconceito contra as pessoas com deficiência**: as relações que travamos com o mundo. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Rosemary Guillardida. **O professor especialista da sala de recursos multifuncionais e a qualidade na educação infantil**: uma aproximação possível. 2008. 175 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TEBAR, L. **O perfil do professor mediador**: pedagogia da mediação. São Paulo: Senac, 2011.

VAN DER VEER, R.; VALSINER, J. **Vygotsky**: uma síntese. Tradução Cecília C. Bartalotti. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

VIANNA, Claudia; FINCO, Daniela. Meninas e meninos na educação infantil: uma questão de gênero e poder. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 33, p. 265-283, 2009.

VITAL, Marcia Regina. **Inclusão na educação infantil**: do viver o preconceito da diferença ao (con) viver com a diferença. 2012. 106 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_4f84e06336b154bdcf7295f299448d2e/Details>. Acesso em: 3 nov. 2016.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Obras escogidas V**: fundamentos de defectología. Tradução Julio Guillermo Blank. Madrid: Visor, 1997.

WOJSKOP, Gisele. **Brincar na pré-escola**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007.